

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

AS DIFERENTES TIPOLOGIAS DE POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CONSOLIDADAS EM CURITIBA-PR

SESSÃO TEMÁTICA: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ASSENTAMENTOS
URBANOS PRECÁRIOS NA AMÉRICA LATINA: PERCURSOS E
TRANSFORMAÇÕES EM DEBATE

Cíntia de Santana Souza
Universidade Federal do Paraná
cisantanas@hotmail.com

AS DIFERENTES TIPOLOGIAS DE POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CONSOLIDADAS EM CURITIBA-PR

RESUMO

Nos últimos anos, a Política de Urbanização de Favelas no Brasil avança no sentido de agregar o componente ambiental às questões sociais e urbanas. Os Programas propostos, principalmente a partir da implementação do PAC-Urbanização de Favelas do Governo Federal, intervêm no espaço urbano informal com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de sua população, garantindo o acesso à moradia e o direito à cidade, e a proteção e recuperação ambiental. O estudo analisa duas intervenções em assentamentos situados na região central de Curitiba-PR, o que confere uma localização privilegiada à sua população e acesso a equipamentos e serviços públicos. As intervenções são baseadas em dois modelos de tipologia de política de urbanização de favelas. A ocupação na Vila Torres originou-se na década de 1960, com uma *urbanização gradual* a partir da década de 1980. Na Vila Parolin, ocupação iniciada na década de 1950, a urbanização começou em 2007, impulsionada pela resistência da Associação de Moradores em manter a população em local privilegiado e com intenso processo de segregação socioambiental. A urbanização proposta é *integrada*, pois agrega todos os conceitos relacionados à problemática socioambiental urbana. Nos dois casos, a vulnerabilidade socioambiental pode ser constatada pela formação dos assentamentos ocorrida ao longo do rio Belém ou seus afluentes; pela situação de pobreza de sua população e pelo fato de parte dos moradores atuarem com coleta de resíduos sólidos, depositados em frente às moradias e ao longo das vias e calçadas, e ainda nas proximidades dos cursos d'água. O enfoque é demonstrar as diferenças e similaridades entre as duas intervenções, as limitações e avanços da Política de Urbanização de Favelas ao longo das décadas e, principalmente, de que forma a implementação dessas políticas podem minimizar o processo de vulnerabilidade socioambiental, garantindo a melhoria na qualidade de vida de seus moradores.

Palavras-chave: Urbanização de favelas. Vulnerabilidade socioambiental. Segregação socioambiental.

DIFFERENT TYPES OF POLICIES FOR SLUM URBANIZATION: SOCIAL AND ENVIRONMENTAL VULNERABLE AREAS IN CURITIBA/PR

ABSTRACT

In recent years the Brazilian Policy for Slum Urbanization advanced in order to aggregate the environmental component to social and urban issues. The Programs proposed, especially from the implementation of PAC – Slum Urbanization, created by the Federal Government, intervene in the informal urban space aiming at enhancing its population's quality of life, granting access to housing and to the city, as well as environmental protection and recovery. This study analyses two interventions in settlements located in the central area of Curitiba/PR, which gives their population a privileged location to live and access to public equipment and services. The interventions are based on two models of Policy for Slum Urbanization. The occupation in Vila Torres originated in 1960, being *gradually urbanized* in the 80s. In Vila Parolin, whose occupation initiated in the 50s, urbanization started in 2007, put forth by the resistance of the Association of Residents in keeping the population in a privileged space and with an intense process of social and environmental segregation. The urbanization proposed is *integrated*, since it aggregates all the concepts related to urban social and environmental matters. In both cases, social and environmental vulnerability may be determined by the formation of settlements that took place along Rio Belém or its tributaries; by the situation of poverty among its population and by the fact that part of the residents work collecting solid residues, disposed in front of their houses and throughout roads and sidewalks, as well as near watercourses. The focus is to demonstrate the differences and similarities between the two interventions, the limitations and advances of the Policy for

Slum Urbanization throughout the decades and, especially, the way the implementation of such policies may minimize the process of social and environmental vulnerability, ensuring improvement in its residents' quality of life.

Keywords: Slums urbanization. Social and environmental vulnerability. Social and environmental segregation.

1. INTRODUÇÃO

A problemática socioambiental urbana requer uma visão ampliada e interdisciplinar, de modo a enfrentar os problemas decorrentes de um desenvolvimento desigual, que aumenta a degradação do meio ambiente e acaba por atingir principalmente as famílias pobres e vulneráveis. Neste sentido, a implementação de políticas públicas que congreguem as temáticas ambiental, urbana, social e econômica, visando alcançar o desenvolvimento sustentável, são imprescindíveis para melhorar a qualidade de vidas dos habitantes das cidades, em harmonia com o meio ambiente¹.

Dentre as políticas públicas de habitação, a Política de Urbanização de Favelas pode ser considerada a mais completa, pois busca agregar as políticas habitacionais e sociais às questões urbanas e ambientais, tendo em seu cerne a participação popular. Dessa forma, a urbanização será abordada como um meio para intervir no espaço urbano irregular, de forma a minimizar a degradação ambiental, atrelada à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, garantindo o acesso à moradia e o direito à cidade.

A política de urbanização de favelas vem sendo aplicada desde a década de 1960, porém, nesse período, sua atuação era bastante limitada e convivia com uma política de erradicação de favelas, sobretudo após o início da ditadura militar, durante as décadas de 1960 e 1970. A política adotada pelo governo militar privilegiou a implantação de grandes conjuntos habitacionais nas áreas periféricas das cidades, sem que houvesse infraestrutura urbana, equipamentos e serviços existentes nessas regiões para atender a população, promovendo o espraiamento das cidades².

Nos anos de 1980, alguns governos municipais e estaduais passaram a repensar a forma como o meio ambiente urbano era construído, em função do aumento do número de assentamentos irregulares, que ocupavam principalmente áreas de risco ou ambientalmente protegidas, e incorporaram nas suas gestões a urbanização de favelas. Nesse período, a intervenção era realizada de forma gradual e mantinha a configuração do assentamento, com poucas remoções e implantação de infraestrutura mínima³.

Posteriormente, na década de 1990, estados e municípios aprimoraram o Programa de Urbanização de Favelas, propondo ações que propiciassem a incorporação do assentamento com o entorno e a cidade, por meio de adoção de políticas públicas integradas. Nesse sentido,

¹ Pedro Jacobi, "Impactos socioambientais urbanos: do risco à busca de sustentabilidade", In: Mendonça, Francisco. (Org). Impactos socioambientais urbanos. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

² Nabil Bonduki (org.), "Os pioneiros da habitação social no Brasil", São Paulo: Editora UNESP, 2014.

³ Laura M. M. Bueno, "Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização. São Paulo: USP, 2000. Tese de doutorado; Rosana Denaldi, Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses. São Paulo: USP, 2003. Tese de doutorado.

a intervenção em áreas irregulares deixa de ser responsabilidade exclusiva dos órgãos envolvidos com a política habitacional, abrangendo setores responsáveis pelas políticas de saúde, educação, meio ambiente, emprego e renda. Nesse período, com o aumento das favelas e dos loteamentos informais, o Governo Federal incorpora a urbanização de favelas à política nacional⁴.

As duas áreas de vulnerabilidade socioambiental selecionadas, Vila Torres e Vila Parolin, estão situadas na região central do município de Curitiba-PR e configuram-se exceção na Política Habitacional de Curitiba, que concentrou suas intervenções, ao longo das décadas, principalmente, nas áreas periféricas da cidade⁵.

Embora tenham ocorrido tentativas de remover essa população dos locais ocupados nas décadas de 1960 e 1970, a partir da década de 1980, a Prefeitura promoveu uma intervenção gradual na Vila Torres, garantindo a permanência de sua população por meio de políticas de regularização urbanística e fundiária. Na Vila Parolin, houve resistência da população em sair de uma região próxima ao centro, porém, somente a partir de 2007 iniciou-se a implantação de uma urbanização integrada. Essas áreas ainda são consideradas de vulnerabilidade socioambiental, principalmente pelos aspectos de pobreza, violência e criminalidade e pela existência de domicílios precários, situados às margens do rio Belém ou seus afluentes, na sub-bacia do rio Belém⁶.

2. TIPOLOGIAS OU PARTIDOS DE POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

A urbanização de assentamentos precários no Brasil foi efetuada de forma acanhada e singular até a década de 1980. Algumas iniciativas pioneiras, como a urbanização da favela Brás de Pina, no Rio de Janeiro, no final da década de 1960, ou ainda, outros casos promovidos por meio de programas pontuais de governos estaduais e federais, propiciaram a urbanização e consequente permanência das famílias nos locais ocupados, além de proporcionar a melhoria de vida dessa população.

Desde que as favelas foram identificadas como um problema, e consequentemente, constatada a necessidade de intervir para resolvê-lo, pode-se identificar três partidos de

⁴ Ermínia Maricato, "Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência", Hucitec, 1996; Laura Bueno, op. cit., 2000; Nabil Bonduki (org.), op. cit., 2014.

⁵ Madianita da Silva, "A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba", Curitiba: UFPR, 2012, Tese de doutorado; André Carvalho, "Vivendo às margens: habitação de interesse social e o processo de segregação socioespacial em Curitiba", Florianópolis: UFSC, 2014, Dissertação de mestrado.

⁶ Curitiba; COHAB-CT; IPPUC, "Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente", 2007.

políticas públicas ou tipologias para atuação em favelas⁷: Desfavelamento, Remoção ou Erradicação de Favelas; Reurbanização; e Urbanização. Em alguns casos a urbanização poderá mesclar as três tipologias de intervenção, utilizando-as de modo parcial em diferentes trechos do assentamento⁸.

Na década de 1980, a urbanização era realizada de forma mais pontual, com a utilização de tecnologias alternativas, adaptadas às condições locais. Essa forma de atuação era indicada devido aos poucos recursos dos governos municipais e pela necessidade de intervir no maior número possível de núcleos. Além disso, muitas dessas obras eram realizadas por mutirão, com o apoio de assessorias técnicas e com o auxílio dos próprios moradores⁹.

Esse tipo de intervenção, denominada gradual ou parcial,

(...) consiste na execução de melhorias ao longo de muitos anos. Trata-se da urbanização parcial, de setores da favela, ou da somatória de intervenções pontuais realizadas pela população e pelos governos que, com o passar dos anos, acabam resultando na sua consolidação (DENALDI, 2003, p. 56).

Na década de 1990, há uma mudança fundamental na forma dos governos atuarem nos assentamentos irregulares, empregando uma urbanização integrada. Essa prática visa incorporar a favela à cidade e à infraestrutura urbana existente: sistema viário, transporte, saneamento ambiental (redes de abastecimento de água, drenagem, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos) e equipamentos públicos. Essa nova postura se dá independente da regularização fundiária ser viabilizada simultaneamente à regularização urbanística, embora também houvesse a preocupação em auferir a regularização dos terrenos e garantir titularidade a seus moradores¹⁰.

Outros componentes foram incorporados ao projeto de urbanização, como o paisagismo, a pavimentação e calçamento de vias e vielas, iluminação pública e mobiliário urbano (padronização de placas de ruas, lixeiras, bancos, entre outros elementos). Para tanto, em diversas cidades, empresas particulares foram contratadas pelos órgãos públicos para a elaboração desses projetos¹¹.

Nos casos onde os assentamentos estão localizados em áreas de risco ou de preservação permanente, além dos impactos causados ao meio ambiente, há também os riscos a que a

⁷ Laura Bueno, op. cit., 2000.

⁸ Laura Bueno, op. cit., 2000; Rosana Denaldi, op. cit., 2003.

⁹ Laura Bueno, op. cit., 2000.

¹⁰ Laura Bueno, op. cit., 2000; Rosana Denaldi, op. cit., 2003.

¹¹ Laura Bueno, op. cit., 2000.

população está submetida por morar à beira de córregos ou em áreas sujeitas a inundações ou deslizamentos. Em tais situações, as intervenções devem contemplar obras de prevenção e mitigação ambiental. Essas obras, bastante onerosas, são muitas vezes imprescindíveis, pois essas ações ocasionam um efeito bastante positivo no entorno. Ressalte-se que os custos dessas obras não devem inviabilizar a urbanização de outros assentamentos, por isso é necessário estabelecer antecipadamente os critérios de elegibilidade das intervenções¹².

A urbanização de assentamentos precários compreende várias etapas e o resultado final depende da finalização adequada de cada uma delas. Iniciando pela escolha da área onde os investimentos serão feitos, além das questões apontadas anteriormente, a participação ativa da população faz diferença, sua reivindicação poderá incentivar o município a priorizar a intervenção do seu núcleo, como ocorreu na Vila Parolin, um dos núcleos estudado. A população, representada pela associação de moradores, reivindicou junto aos órgãos públicos municipais a necessidade de intervir no “Bolsão Parolin”, mantendo as famílias no mesmo local ou próximo a ele.

O programa de urbanização pode ser analisado por dois pontos de vista, se por um lado a urbanização garante à população o direito de permanência no local escolhido, por outro apresenta dois padrões diferenciados de como tratar o espaço urbano, de um modo para a cidade formal e de outro para a cidade ilegal¹³. A possibilidade de aumentar esse universo de atuação se contrapõe a um padrão mínimo de qualidade de vida, imposto pela limitação de investimentos. Segundo Cardoso, “o caráter trágico desses dilemas é reforçado pela inexistência de programas de oferta de novas oportunidades habitacionais, seja pelo mercado, seja pelo poder público”, transformando a política de urbanização na única opção existente (2007, p. 16).

Embora existam experiências bem sucedidas, muitas são as dificuldades encontradas pelos gestores que atuam nos programas de urbanização de favelas, destacando-se o “custo de urbanização, regularização fundiária, grau de integração da favela urbanizada com a cidade e replicabilidade” (DENALDI, 2003, p. 41) como as principais dificuldades para o êxito desses programas.

Com a inclusão em 2007 de uma linha específica de atuação em assentamentos precários no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, o Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, propõe uma política para ampliar o campo de ação do Programa de urbanização de

¹² José Brakarz, “Ciudades para todos: la experiencia reciente em programas de mejoramiento de barrios”, Washington, D.C.: BID, 2002.

¹³ Adauto Lúcio Cardoso, “Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando os desafios”, XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém, 2007.

favelas em todo o território nacional¹⁴. Os parâmetros elaborados e amadurecidos ao longo das décadas de execução do programa por profissionais e pesquisadores se tornam agora uma diretriz nacional. As ações previstas no programa abrangem os aspectos urbano, habitacional, fundiário e ambiental, de forma a solucionar as condições precárias existentes nesses assentamentos, com o intuito de incorporar os assentamentos à cidade formal. A Vila Parolin é uma das áreas elegidas em 2007 pelo PAC, e está com as obras de urbanização em andamento.

3. URBANIZAÇÃO DE ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CONSOLIDADAS EM CURITIBA, PR: VILA TORRES E VILA PAROLIN

A problemática socioambiental urbana de Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba - RMC (Figura 1) não é tão diversa da existente em tantos outros municípios ou aglomerados metropolitanos brasileiros. O acentuado processo de urbanização ocorrido na metrópole de Curitiba nas últimas décadas caracteriza-se “pelo avanço dos espaços informais de moradia, que tomaram as margens dos rios, subiram os morros das periferias, ocuparam (...) as áreas de proteção ambiental, do núcleo central às áreas periféricas da aglomeração” (SILVA, 2012, p. 23). Essa síntese da maneira como a cidade se desenvolveu descreve a forma de ocupação da “cidade ilegal”, que se aproxima da realidade como a Vila Torres e a Vila Parolin se desenvolveram (Figura 2).

O aumento de ocupações irregulares em Curitiba ocorre, principalmente, entre os anos de 2000 e 2009, com 397 ocupações situadas em áreas de risco (Tabela 1). O número de domicílios passou de 33.778 domicílios entre 1990 e 1999 para 62.267 domicílios entre 2000 e 2009, o que representa um acréscimo de 46% no número de domicílios situados em ocupações irregulares¹⁵.

Segundo Maricato (1996, p. 37), o acréscimo de ocupações irregulares, principalmente na região periférica ocorre, porque “os investimentos na periferia, não contam para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos não contam para a cidadania ou para o mercado”. De acordo com a mesma autora, o mais alarmante é constatar que a “priorização das políticas sociais, de complexa visibilidade, frequentemente não conta nem mesmo para os próprios excluídos, cujas referências são a centralidade e a modernidade dominantes”.

¹⁴ Brasil, Ministério das Cidades, “Urbanização de Favelas: a experiência do PAC”, Brasília: MC – SNH, 2010.

¹⁵ IPPUC, “Plano Diretor de Curitiba: habitação e habitação de interesse social. Análise de desempenho, 1970 a 2009”, Coordenação de Maria de Castro e Marília Ravello, Curitiba: IPPUC, 2010.

Esse entendimento dos “próprios excluídos” influencia na forma como pressionam, ou não, o poder público a atuar nas regiões mais carentes.

Ano	Nº domicílios	Nº habitantes	Nº áreas em situação de risco	Nº de domicílios em APA e APP	Nº de domicílios em APA e APP
1970/ 1979	6.067	29.424			
1980/ 1989	11.929	50.698			
1990/ 1999	33.778	115.858			
2000/ 2009	62.267	186.801	397	13.136	49.916

Tabela 1 – Ocupações Irregulares em Curitiba. Fonte: IPPUC, 2010, p. 28.

Nota: APA - Área de Proteção Ambiental e APP - Área de Preservação Permanente.

Destaca-se que a localização dos núcleos situados próximos à região central de Curitiba (Figura 3) se diferencia do quadro de periferização da RMC por oferecer infraestrutura urbana, dotada de serviços e equipamentos públicos, além da oferta de empregos. Contudo, as duas regiões estão mais próximas dos assentamentos situados nos bairros periféricos do que de bairros contíguos de classe média pela vulnerabilidade social dos seus moradores. Tal constatação se verifica nas características de habitabilidade precária e na urbanização incompleta das duas áreas.



Figura 1 - Localização de Curitiba e RMC. Fonte: CURITIBA; COHAB-CT; IPPUC, 2007, p. 6.

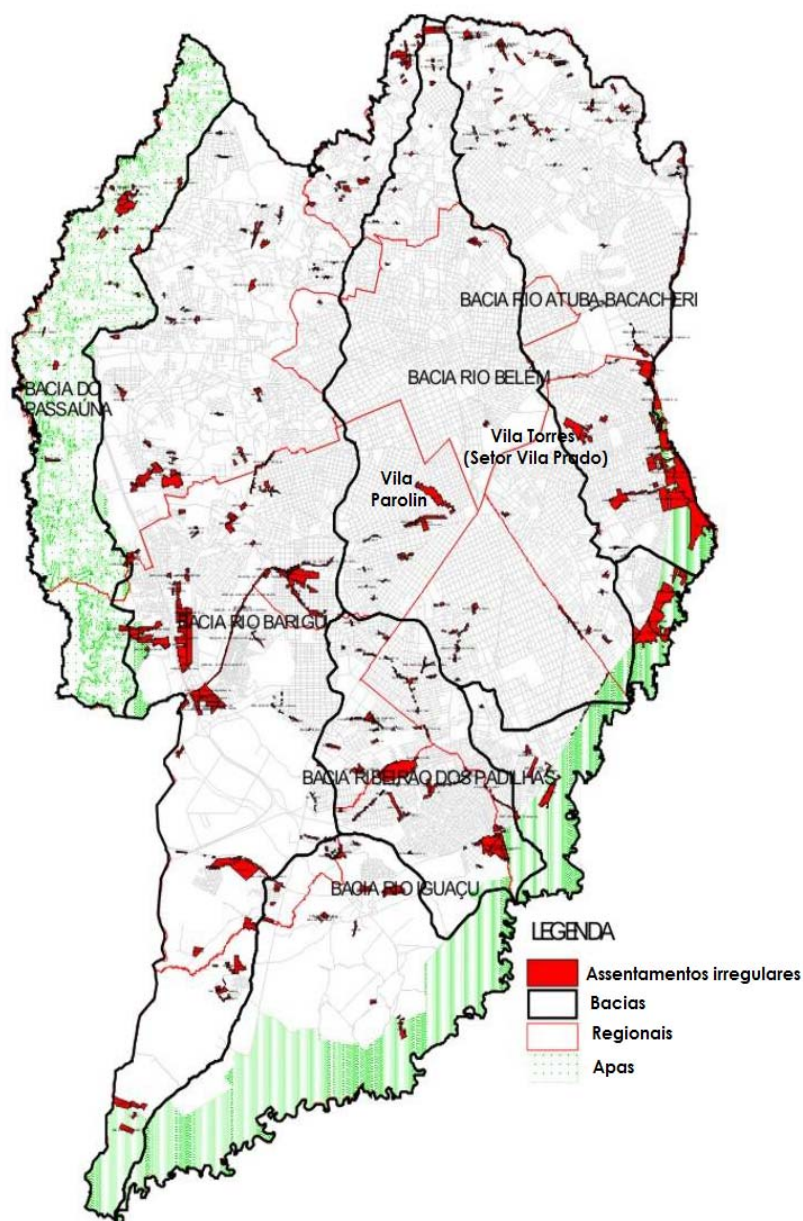


Figura 2 – Curitiba: Assentamentos Irregulares Distribuídos por Bacia Hidrográfica. Fonte: CURITIBA; COHAB-CT; IPPUC, 2007, p. 58.

3.1 URBANIZAÇÃO DA VILA TORRES

A Vila Torres localiza-se entre os bairros Prado Velho, Rebouças e Jardim Botânico, há cerca de dois quilômetros do centro de Curitiba. Atualmente, de acordo com a COHAB-CT, vivem no local cerca de 1.456 famílias e 5.300 moradores. O início de sua ocupação ocorreu em meados da década de 1960, em lotes particulares da Planta Prado e Vila José Pinto e a faixa *non aedificandi* do rio Belém¹⁶.

¹⁶ COHAB-CT, "Programa de Regularização Fundiária e Urbanização de Favelas. Vila Pinto II. Parecer Técnico", 1991.

A primeira grande intervenção no local não previu a permanência das famílias, mas ao contrário, sua remoção e relocação para diversos bairros periféricos da cidade. Em 1976, a prefeitura de Curitiba promoveu o desfavelamento da Vila Torres. Essa ação foi justificada para implantação de Projetos Prioritários: construção do Jardim Botânico e o campus da Universidade Federal do Paraná. Algumas famílias permaneceram no local porque, segundo moradores, o local ocupado por eles não interessava para o projeto ora implantado pelo poder público¹⁷.

Esse partido de política pública para atuação em favelas intitula-se desfavelamento, remoção ou erradicação de favelas e fez parte da política habitacional implantada pelo Governo Federal, por meio do BNH, durante o período da ditadura militar, e esteve presente nas políticas implantadas em diversos municípios, inclusive Curitiba¹⁸.

Na década de 1980 o poder público realizou investimentos no local, garantindo a permanência de seus moradores. A primeira etapa de regularização urbanística da área foi efetivada em 1989 pela COHAB-CT, tendo adquirido em 1988 a área de 5.700 m² com recursos provenientes da Caixa Econômica Federal. Além da regularização, o poder público também executou infraestrutura mínima na área, o que garantiu a consolidação do assentamento, que foi se adensando com o decorrer dos anos¹⁹.

Esse segundo modelo de ação se aproxima do partido de política pública chamada de urbanização, pois mantém as características do local, fazendo pequenas alterações de forma a melhorar a vida de seus moradores. Na década de 1980, diversas prefeituras, com ou sem incentivos do Governo Federal, promoveram a Urbanização Gradual de diversos núcleos, muitas vezes com recursos próprios, promovendo pequenas melhorias no local²⁰.

Em 1991 a COHAB-CT propôs a segunda etapa de regularização fundiária da Vila Torres, com a compra do restante do assentamento, uma área de 4.320 m², efetivando a regularização da totalidade do núcleo. Essa etapa representou a regularização de 43 lotes, com mais de uma família em cada um deles, de forma a evitar relocações e grandes intervenções no local. A área non aedificandi da margem direita do rio Belém foi destinada para preservação. Nesse período, no local foram computados 1.286 domicílios, sendo que a primeira etapa de regularização beneficiou 741 domicílios²¹.

Também foi proposta a complementação urbanística da área, contemplando obras de “melhoria das condições de tráfego dos serviços internos, limpeza e melhoria das valetas existentes, topografia para demarcação dos lotes e redes de esgoto padrão SANEPAR” (COHAB-CT, 1991, s.p.). De acordo com a COHAB-CT, o projeto beneficia 495 moradores, “melhorando sensivelmente suas condições de vida e solucionará uma das mais antigas favelas de Curitiba” (COHAB-CT, 1991, s.p.).

Posteriormente, a COHAB-CT, associando recursos municipais aos recursos do PAC II/ OGU lançou em 2010 o Programa Comunidade em Cores. A Fase I, com recursos do Fundo

¹⁷ Adriane Lazaroto, “Como ela é: A Vila das Torres contada por seus moradores”, Curitiba: Ed. Linguaruda, 2004; Boletim Casa Romário Martins, “COHAB-CT: 41 anos de planejamento e realizações”, Curitiba, v. 30, n.133, 2006; Aline Albuquerque, “A questão habitacional em Curitiba: o enigma da ‘cidade-modelo’”, São Paulo: USP, 2007, Dissertação de mestrado; Fábila Berlatto, “Controle social perverso: análise de uma política de segurança pública”, Curitiba: UFPR, 2008, Dissertação de mestrado.

¹⁸ Laura Bueno, op. cit., 2000.

¹⁹ COHAB-CT, op. cit., 1991.

²⁰ Laura Bueno, op. cit., 2000; Rosana Denaldi, op. cit., 2003.

²¹ COHAB-CT, op. cit., 1991; IPPUC, “Áreas de subabitação no Município de Curitiba. Volume 1”, Curitiba, 1992.

Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), previu a revitalização das moradias com a recuperação e pintura das fachadas, readequação do alinhamento predial, paisagismo e implantação de uma academia ao ar livre. A fase II, com recursos do PAC II/ OGU, implantada parcialmente, contempla a substituição parcial ou total de cerca de 349 edificações para os casos onde a pintura não for suficiente para recuperar a moradia. A Fase II também inclui a intervenção ambiental e urbana, com a recuperação da faixa de preservação da margem do rio Belém e a complementação das redes de infraestrutura urbana (pavimentação e drenagem). A intervenção prevê o envolvimento da comunidade em todas as etapas.

A concepção desse Programa se diferenciou dos programas anteriores, pois se propôs a envolver a comunidade durante sua implementação. Dá continuidade a uma política que vem sendo instituída pela COHAB-CT desde 2001 e entra em consonância com uma política nacional de habitação mais participativa, implementada desde a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 e da criação do Ministério das Cidades em 2003. O único setor ainda irregular na Vila Torres é a Vila Prado, porém, a intervenção urbanística e fundiária está em andamento, com a construção de 90 unidades, 18 delas já finalizadas.

Diante do processo de urbanização brevemente apresentado, compreende-se que, embora a Vila Torres seja considerada regularizada, o que de fato o é na questão fundiária, ainda apresenta um quadro bastante precário, principalmente nas proximidades do rio Belém. Outro fator bastante relevante e que contribui para o processo de vulnerabilidade socioambiental é a deposição de resíduos sólidos ao longo das margens do rio Belém, nas calçadas e em frente às moradias pois parte dos moradores do núcleo atuam com coleta e reciclagem de resíduos sólidos. Essas ações e obras vêm sendo realizadas pelo poder público, em um diálogo um pouco mais próximo com os moradores nos últimos anos, contudo, é necessário que se faça a complementação de ações e obras para que possa ser considerada efetivamente urbanizada e integrada à “cidade formal”.

3.2 URBANIZAÇÃO DA VILA PAROLIN

A Vila Parolin localiza-se entre os bairros do Parolin e Vila Guaíra, ao longo do rio Vila Guaíra, afluente do rio Belém, há cerca de três quilômetros do centro de Curitiba. De acordo com a pesquisa realizada pela COHAB-CT em 2006, encontram-se na área 1.507 famílias e 5.385 habitantes, ocupando uma área de aproximadamente 240.000 m². A ocupação teve início em meados da década de 1950 (1955) em área de propriedade de particular, cerca de trinta proprietários, principalmente da família Parolin, e também área pública pertencente à COHAB-CT e à Prefeitura Municipal de Curitiba²².

Em 1966, a Vila Parolin foi uma das vinte e duas favelas transferidas para o Conjunto Habitacional Vila Nossa Senhora da Luz, que tinha como intuito erradicar as favelas da cidade na Operação Desfavelamento de Curitiba, ou Operação Mudança²³. Como a Vila Nossa Senhora da Luz estava localizada a quinze quilômetros de Curitiba, em um local sem infraestrutura e transporte, parte das famílias removidas, retornaram para os locais anteriores, como o caso dos moradores da Vila Parolin.

Igualmente, em 1979, houve nova tentativa de remoção dos moradores da Vila Parolin. Dessa vez, foram os proprietários dos terrenos que tentaram a retomada da propriedade, e forçaram os moradores a desmanchar suas moradias, sendo “aconselhados a ocupar a faixa de seis

²² COHAB-CT; Curitiba, “Projetos Prioritários de Investimentos – PPI. Intervenções em Favelas/ Saneamentos Integrados. Projeto de Trabalho Técnico Social. Bacia do Rio Belém: Vila Parolin”, Curitiba, 2007.

²³ Boletim Casa Romário Martins, op. cit., 2006.

metros, junto ao rio, o chamado ‘Valetão’” (BOLETIM, 1997, p. 87). A área desocupada foi utilizada para a obra do prolongamento das ruas Lamenha Lins e João Parolin. Essa ação foi apoiada pelo poder público, que reassentou diversas famílias em terrenos da COHAB-CT²⁴.

As sucessivas tentativas de remoção dos moradores da Vila Parolin, ocorridas nas décadas de 1960 e 1970 e que persistiram até a década de 1980, aproxima-se do partido de política pública de atuação em favelas intitulado desfavelamento, remoção ou erradicação de favelas. A política habitacional implantada em Curitiba estava em consonância com a Política Nacional de Habitação, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, no período da ditadura militar. Na década de 1980 essa prática começou a perder força, e muitas prefeituras começaram a adotar a urbanização de favelas²⁵, como foi o caso da Vila Torres, em Curitiba.

Por outro lado, embora a configuração da ocupação, bastante adensada e desordenada, dificultasse a urbanização da área, além das sucessivas tentativas de remover as famílias do local, aos poucos os moradores conseguiram algumas melhorias na Vila Parolin²⁶.

Cabe salientar a importância da Associação de Amigos e Moradores da Vila Parolin, criada em 1979, com a finalidade de garantir o direito de moradia, e que, em meados de 2005, expôs aos órgãos públicos a “urgência da necessidade de enfrentamento da situação de irregularidade e precariedade crescente da área”, demonstrando a necessidade de regularizar a Vila Parolin (COHAB-CT; CURITIBA, 2007, p. 15). Essa ação da Associação de Moradores, atrelada ao planejamento urbano de Curitiba impulsionaram a realização em 2006 de um diagnóstico completo de todo o “Bolsão Parolin”.

O relatório aponta a importância da localização da Vila Parolin, atendida por diversas linhas de transporte público e oferta de supermercados, variedade de comércios, empresas e serviços em um raio de duzentos metros, para determinar a permanência das famílias no local. Destaca que a proximidade com o centro e demais bairros é preponderante para a renda familiar dos moradores da Vila, ressaltando que “esse fator determina também a grande resistência à mudança do local, pelo qual a proposta de intervenção está voltada ao reassentamento em áreas do entorno” (COHAB-CT; CURITIBA, 2007, p. 9).

Nesse sentido, a proposta de intervenção leva em conta a reivindicação dos moradores em permanecer no local, e nos casos onde houver necessidade de remoção, as famílias serão relocadas para terrenos próximos ao do núcleo. As famílias que moravam na beira do rio Guaíra já foram relocadas para terrenos no entorno do assentamento.

Os recursos para a intervenção são provenientes do Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Projetos Prioritários de Investimentos (PPI) - Intervenções em Favelas e do Programa Minha Casa, Minha Vida, além dos recursos municipais, necessários para contrapartida dos programas e para compra dos terrenos no entorno para a construção das novas unidades habitacionais.

Além disso, o PAC/ PPI privilegia o trabalho técnico social e a participação popular, prerrogativa essa que foi incorporada ao projeto de urbanização da Vila Parolin, envolvendo

²⁴ Boletim Casa Romário Martins, “Parolin: o bairro na história da cidade”, v. 24 n. 121. Curitiba, 1997.

²⁵ Laura Bueno, op. cit., 2000.

²⁶ Boletim Casa Romário Martins, op. cit., 1997.

a comunidade em todas as etapas com reuniões e apresentações do projeto de intervenção, entre outras atividades previstas no relatório.

O partido urbanístico escolhido para a intervenção na Vila Parolin leva em consideração a forma como se deu a ocupação, adaptando-se a ela onde for viável, implementando pequenas adequações de forma a integrar o assentamento ao entorno e garantindo o cumprimento da legislação municipal de modo a assegurar sua regularização fundiária.

A intervenção prevê a complementação de infraestrutura para todo o núcleo, incluindo redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, energia elétrica e iluminação pública e pavimentação das vias; recuperação de áreas degradadas ambientalmente, incluindo ações para prevenir novas ocorrências ou ocupações; construção de conjuntos habitacionais no entorno com implantação de infraestrutura integral e; ações de apoio ao desenvolvimento social²⁷.

Além da implantação de infraestrutura e moradia, o projeto também contempla a construção de Escola Municipal, Centro Municipal de Educação (CMEI), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), reconstrução da Unidade de Saúde, todos realizados com recursos municipais. O projeto também incluiu a implantação de canchas esportivas, equipamentos de ginástica, ciclovia e áreas de lazer na margem do rio.

Como parte dos moradores trabalha com reciclagem de resíduos sólidos e esse fator agravar o processo de vulnerabilidade socioambiental pelo fato dos resíduos serem depositados em frente às moradias, calçadas e espaços livres do assentamento, o projeto incluiu oficinas de educação ambiental e a implantação de três galpões de reciclagem de resíduos sólidos, já em funcionamento.

O projeto de urbanização da Vila Parolin se insere no partido de política pública ou tipologia de urbanização, por assegurar a permanência das famílias no local, com o desadensamento para abertura de vias de acesso às moradias, eliminação de situações de risco e insalubridade, mas também mescla a reurbanização com a construção de unidades habitacionais no entorno. O tipo de intervenção é chamada de urbanização integrada, que propõe a integração da favela à cidade, incorporando-a à infraestrutura urbana existente no entorno. Essa prática teve início na década de 1990 e foi incorporada às diretrizes dos programas federais a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades²⁸.

O projeto de urbanização da Vila Parolin foi premiado em 2010, recebendo o “Selo do Mérito”²⁹ da Associação Brasileira de COHABs (ABC) na categoria de projetos com abrangência regional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a regularização fundiária da Vila Torres ter ocorrido na década de 1980 e a urbanização ser realizada ao longo das décadas, a ausência de alguns elementos que qualificam o espaço urbano, como uma oferta maior de áreas de lazer, torna-se um fator negativo para a qualidade de vida de seus moradores e a integração do assentamento com o entorno.

²⁷ COHAB-CT; Curitiba, op. cit., 2007.

²⁸ ²⁸ Laura Bueno, op. cit., 2000; Rosana Denaldi, op. cit., 2003.

²⁹ Associação Brasileira de COHABs (ABC). In: <http://www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?conteudo=137> (Maio, 28, 2016)

O projeto de urbanização da Vila Parolin é bastante completo, conferindo uma intervenção integrada que possibilita maiores chances de modificar efetivamente a qualidade de vida de seus moradores. Mesmo o fato de ter demorado décadas para o início da urbanização ocorrer, não diminui a percepção dos moradores em relação à melhoria da qualidade de vida. Principalmente os que foram beneficiados com a relocação de moradias situadas à beira do rio Vila Guaíra e que tiveram uma mudança substancial na qualidade de vida - esses são os mais otimistas em relação às mudanças efetuadas com o processo de urbanização.

O processo de vulnerabilidade socioambiental foi minimizado com a retirada dos moradores das áreas de risco e com a previsão de melhoria das moradias precárias. A implementação de projetos de cunho ambiental e dos galpões de triagem, embora talvez não tenha impacto imediato, poderá trazer transformações na vida dos moradores a médio e longo prazo.

O fato de os assentamentos situarem-se em bairros centrais de classe média e alta torna ainda mais visível a diferenciação social existente entre as classes. O processo de urbanização, embora pretenda melhorar as condições de habitabilidade dos moradores, por si só não garante que o processo de segregação socioambiental seja amenizado. Essa é uma condição que requer esforços maiores no sentido de democratizar a cidade, tornando-a menos desigual.

As cidades, sobretudo as metrópoles, apresentam no seu espaço urbano processos de desigualdade e exclusão social. O município de Curitiba, pela “construção de uma imagem de cidade modelo dotada de inquestionável qualidade de vida dificultou a inserção no debate das condições reais dessa metrópole” (FIRKOWSKI et al, 2014, p. 399). Embora Curitiba tenha espelhado a realidade de cidade planejada, constata-se a existência de assentamentos informais, sobretudo na região periférica, no entanto, conforme demonstrado nos estudos apresentados, há ocorrência de favelas na região central da cidade. Esse é um aspecto que diferencia a forma da ocupação das duas áreas pesquisadas dos demais assentamentos existentes no município, muito embora a configuração dos núcleos, seus conflitos e processos de desigualdade social sejam semelhantes.

BIBLIOGRAFIA

Albuquerque, Aline. *A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade-modelo”*. São Paulo: USP, 2007. Dissertação de mestrado.

Berlatto, Fábila. *Controle social perverso: análise de uma política de segurança pública*. Curitiba: UFPR, 2008. Dissertação de mestrado.

Boletim Casa Romário Martins. *COHAB-CT: 41 anos de planejamento e realizações*. Curitiba, v. 30, n.133, 2006.

_____. *Parolin: o bairro na história da cidade*. v. 24 n. 121. Curitiba, 1997.

BONDUKI, Nabil (org.). *Os pioneiros da habitação social no Brasil: Volume 1*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BRAKARZ, J. *Ciudades para todos: la experiencia reciente en programas de mejoramiento de barrios*. Washington, D.C.: BID, 2002.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Urbanização de Favelas: a experiência do PAC*. Brasília: MC – SNH, 2010.

BUENO, Laura. *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização*. São Paulo: USP, 2000. Tese de doutorado.

CARDOSO, Adauto Lúcio. *Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando os desafios*. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, maio de 2007.

CARVALHO, André de Souza. *Vivendo às margens: habitação de interesse social e o processo de segregação socioespacial em Curitiba*. Florianópolis: UFSC, 2014. Dissertação de mestrado.

COHAB-CT. *Companhia de Habitação Popular de Curitiba*; CURITIBA. *Projetos Prioritários de Investimentos – PPI. Intervenções em Favelas. Saneamentos Integrados. Projeto de Trabalho Técnico Social. Bacia do Rio Belém: Vila Parolin*. Curitiba, 2007.

_____. CURITIBA. *Urbanização da Vila Parolin*. s.d.

_____. *Programa de Regularização Fundiária e Urbanização de Favelas. Vila Pinto II. Parecer Técnico*. 1991.

CURITIBA; COHAB-CT; IPPUC. *Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente*. 2007.

DENALDI, Rosana. *Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses*. São Paulo: USP, 2003. Tese de doutorado.

FIRKOWSKI, Olga; SILVA, M.; NAGAMINE, L.; MOURA, Rosa; DELGADO, P. *Uma leitura do índice de Bem-estar Urbano na Região Metropolitana de Curitiba*. In: FIRKOWSKI, Olga; MOURA, Rosa (orgs.). *Curitiba: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2014.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. *Plano Diretor de Curitiba: habitação e habitação de interesse social. Análise de desempenho, 1970 a 2009*. Coordenação de Maria Teresa de Castro e Marília Ravanello. Curitiba: IPPUC, 2010.

JACOBI, Pedro. *Impactos socioambientais urbanos: do risco à busca de sustentabilidade*. In: MENDONÇA, Francisco. (Org). *Impactos socioambientais urbanos*. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

LAZAROTO, Adriane. *Como ela é: A Vila das Torres contada por seus moradores*. Curitiba: Ed. Linguaruda, 2004.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. Hucitec, 1996.

SILVA, Madianita da. *A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba*. Curitiba: UFPR, 2012. Tese de doutorado.